

## Diretor do Jardim Botânico contesta Tamoyo sobre as obras perto do Parque Lage

O Prefeito Marcos Tamoyo reafirmou ontem que a licença concedida pela Prefeitura para a construção de dois prédios — um com 11 andares — na vizinhança do Parque Lage é perfeitamente legal. Em comunicado à imprensa, o diretor do Jardim Botânico, Osvaldo Bastos de Menezes, disse ser "totalmente inverídico que o IBDF tenha autorizado qualquer obra nas vizinhanças do Parque Lage. Não foi ouvido e nem cheirado".

Quanto à notificação da 8.<sup>a</sup> Vara Federal, mandando embargar as obras dos prédios "por ilícita e atentatória ao interesse público", o Prefeito, que falou após uma palestra na Sociedade Estadual dos Engenheiros e Arquitetos, informou que ainda não a conhecia. A comunicação será entregue hoje, segundo o escritório responsável pela Ação Popular movida contra as construções.

### IRRITAÇÃO

Geralmente respondendo às perguntas com brincadeiras e ironias, o Sr Marcos Tamoyo perdeu a calma ontem e interrompeu a entrevista, afirmando que tinha hora marcada com o Embaixador da Alemanha. Argumentou que na época da construção dos edifícios na área do antigo Solar Monjope, já derrubado, foi elaborado um código que previa prédios de até 12 andares na região.

Acrescentou que a permissão para as construções foi baseada "na lei de preservação do espaço das fraldas do Corcovado, assinada, inclusive, pelo professor Lúcio Costa".

Para o professor Marcelo Ipanema, exonerado do cargo de diretor da Divisão do Patrimônio Histórico do Município quando se mostrou contrário às construções, a licença da Prefeitura é totalmente ilegal — "não tem o menor amparo da legislação do país". Disse que desconhece a lei citada pelo Prefeito. O que existe — destacou — é o Decreto nº 2, de 11 de abril de 1969, vigente ainda no município e que regula a proteção aos bens tombados.

O Prefeito — lembrou o Sr Marcelo Ipanema — justificou seu ato sob a afirmação de, "na época, o Instituto do Patrimônio não falou nada". E que, "a partir do momento que é (o Parque Lage) Patrimônio Federal, quem manda é o IPHAN, mas, enquanto não era, a Prefeitura não tinha a quem consultar".

O ex-diretor da Divisão do Patrimônio do Município discorda: "A responsabilidade da concessão da licença era minha. Dentro da minha responsabilidade neguei a autorização para as obras. A minha desautorização, entretanto, foi desconhecida pelo Prefeito. O IBDF também não autorizou e o IPHAN, idem."

Para o Sr Marcelo Ipanema, "portaria não revoga lei e, portanto, a licença é legal, como a Justiça deve

moyo negou ontem que o Sr Marcelo Ipanema tenha sido demitido por ele, mas sim a pedido da Secretária de Educação, Terezinha Saraiva. O ex-diretor da Divisão do Patrimônio acha que esta é mais uma versão da história. "Gostaria" — comentou — "de saber quem vai assumir a responsabilidade. Sei que a assinatura que está na minha exoneração é a do Prefeito Marcos Tamoyo."

### COMUNICADO

No documento distribuído ontem à imprensa, o diretor do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, Osvaldo Bastos de Menezes, acrescenta que a manifestação do IBDF "se deu a pedido exclusivo do Jardim Botânico, que temia, no início das obras, que o abaixamento do lençol freático provocasse a diminuição da umidade do solo até abaixo do "ponto de murcha das plantas."

"Os engenheiros peritos do IBDF, na primeira vistoria, manifestaram igual temor. A firma construtora Coema, por seus engenheiros, em meu gabinete, ofereceu-se para montar um dispositivo de irrigação, o que recusei de plano".

"O Jardim Botânico" — adverte a nota — "pediu a sustação das obras em abril de 1977, até que se conhecessem os laudos periciais de não comprometimento à sobrevivência das plantas". E pediu, "em caráter definitivo, o embargo das obras, e sua demolição, em setembro (1977), levando em consideração várias razões".

Entre essas razões referiu-se "ao espírito do Ato Expropriatório que transcende dos seus *consideranda* de manter protegido e preservado, vale dizer, ileso de corrupção física, quebra, detrimento ou lesão, o bem declarado de utilidade pública".

O Parque Lage custou à Nação, que já o pagou, Cr\$ 84 milhões 222 mil 430 e o Jardim Botânico, no comunicado assinado pelo seu diretor, "lamenta que se tenha destruído e perdido uma esplêndida estufa que